



O que está sendo feito?

1. Acordo vai garantir proteção a trabalhadores de indústria alimentícia em Goiás



O Ministério Público do Trabalho em Goiás e a Nutriz Agroindustrial de Alimentos, com sede no município de Pires do Rio (GO), assinaram termo de ajustamento de conduta para proporcionar um meio ambiente de trabalho seguro aos empregados da empresa. As atividades de indústria alimentícia são consideradas essenciais em tempos de

pandemia, mas o risco de contaminação pelo novo coronavírus é alto em frigoríficos, como vem sendo constantemente noticiado pelos meios de comunicação. O termo prevê 41 obrigações para a empresa, incluindo adoção de sistema de escalas de trabalho para reduzir aglomerações; implantação de medidas de vigilância ativa e passiva recomendadas pelas autoridades sanitárias; manutenção de funcionários em home office nas atividades compatíveis com essa modalidade; entre outras. [Leia mais.](#)

2. Internações e ocupação de leitos devem ser comunicadas imediatamente, diz MPMS

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul expediu recomendação aos hospitais da rede pública e privada de Campo Grande para que informem à Secretaria de Estado de Saúde (SES), diariamente e em tempo real, os dados sobre as internações de casos suspeitos e confirmados de coronavírus. O objetivo é dar transparência às informações sobre a ocupação de leitos e, com isso, garantir efetividade às políticas de combate à covid-19. Decreto estadual obriga os hospitais a fornecer os dados em tempo real, por meio de sistema disponibilizado pela SES. No



entanto, segundo o MP, ainda há falta de alimentação do sistema, o que prejudica o monitoramento da situação epidemiológica da capital e o planejamento das respostas ao vírus. [Leia mais.](#)

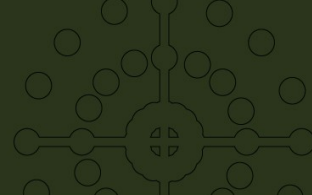
3. MPF recomenda transparência na divulgação de gastos para enfrentamento da pandemia em MT

O Ministério Público Federal (MPF) emitiu recomendação ao governo de Mato Grosso para que disponibilize, de forma fidedigna e com atualização diária, todos os gastos públicos para o enfrentamento da covid-19. A recomendação foi feita ao governo estadual e à Secretária de Estado de Saúde. Apesar de ter avançado na transparência das contratações emergenciais, o estado de Mato Grosso ainda é considerado o pior do Brasil no que diz respeito ao acesso e disponibilização dos dados relativos à pandemia. Segundo a recomendação, devem ser publicadas, em site específico, todas as informações a respeito dos recursos recebidos do Ministério da Saúde para enfrentamento da pandemia, incluindo valores, finalidade, ato normativo que resultou na liberação da verba, tipo de recurso (fundo a fundo, constitucional, convênio) e data da liberação. [Leia mais.](#)

4. MPTO aponta lotação dos leitos de UTI covid em Palmas e ajuíza ação para providências urgentes

O Ministério Público de Tocantins (MPTO) ajuizou, nessa segunda-feira (3), ação civil pública contra o governo estadual, pedindo providências urgentes para reverter a situação de colapso dos leitos de UTI destinados a pacientes com covid-19 em Palmas. Segundo a ação, o Hospital Geral de Palmas (HGP) dispõe de 26 leitos de UTI covid do tipo adulto, porém seis estariam ociosos, sendo cinco por falta de profissionais médicos e um que permanece bloqueado para garantir o suporte ao tratamento de hemodiálise.

O MPTO pede que o estado seja obrigado a convocar, no prazo de 24 horas, profissionais de saúde do quadro do HGP, inclusive os que estão em regime de sobreaviso e os profissionais cedidos a outros órgãos, em quantidade suficiente para garantir o funcionamento dos leitos de UTI. A ação também pede que o governo apresente, em 24 horas, plano para instalação de novos leitos no Hospital Geral de Palmas, colocando em uso os 119 respiradores destinados pelo governo federal ao Tocantins. [Leia mais.](#)



5. MPMA: pacientes curados da covid-19 devem receber atendimento pela rede pública de saúde

O Ministério Público do Maranhão enviou recomendação às Secretarias Estadual e Municipal de Saúde pedindo instalação de ambulatório multiprofissional nas redes públicas de saúde de São Luís, para atendimento dos pacientes curados da covid-19. O documento orienta que o ambulatório seja dotado de profissionais como médico, enfermeiro, fisioterapeuta, psicólogo, fonoaudiólogo, farmacêutico, assistente social e nutricionista, para reabilitação dos pacientes. O MPMA lembra que as pessoas curadas da covid-19 muitas vezes apresentam sequelas, tais como problemas pulmonares e/ou afasia ou disfasia pós-traqueostomia e perda de força e de massa muscular, o que justifica o atendimento especializado. [Leia mais.](#)